

Apresentação

Angela Lazagna¹ y Danilo Enrico Martuscelli²

Quando formula suas críticas às teses desenvolvidas por Nicos Poulantzas, Bernard Fabrègues desenvolve uma reflexão acerca do conjunto ou apenas de parte da obra deste autor? Sem levar em consideração que a obra de Poulantzas é marcada por uma ruptura teórica, não se pode responder satisfatoriamente esta questão. Portanto, tratemos primeiramente de abordar como se opera essa ruptura para, em seguida, entender qual é o alvo teórico e político da crítica de Fabrègues.

Em 1968, Nicos Poulantzas, jovem cientista político grego radicado na França, publica em Paris o livro *Pouvoir politique et classes sociales*³. Este livro surpreende de imediato o público marxista em virtude da elevada envergadura do seu projeto teórico, bem como por encerrar um grande período de esterilidade concernente aos esforços de uma reflexão sistematizada acerca do Estado no campo teórico do marxismo (Saes, 1998a:16-17)⁴. Em *PPCS*, Poulantzas se mostrava alinhado com a versão do materialismo histórico desenvolvido pelo filósofo franco-argelino Louis Althusser em meados dos anos 1960. O jovem cientista político – Poulantzas redige *PPCS* por volta dos 32 anos de idade – visa a desenvolver uma análise da política fundada no materialismo histórico, a partir do conceito ampliado de modo de produção, desenvolvido por Althusser e seus discípulos nas obras *Pour Marx (Por Marx)* e *Lire Le Capital (Ler O Capital)*. O objetivo de Poulantzas em *PPCS* é a construção de uma teoria geral do nível político no modo de produção capitalista⁵, ou seja, do conceito de Estado capitalista, contribuindo, nesse sentido, para a empreitada teórica althusseriana. Nessa obra, a função do Estado de tipo capitalista é a de organizar a dominação de classe ao criar as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalistas. Poulantzas analisa o duplo efeito ideológico produzido pelo Estado capitalista oriundo, respectivamente, da ação do direito burguês e do burocratismo: o *efeito de individualização ou de isolamento*, que converte os agentes sociais membros de uma classe social em indivíduos “livres e iguais” e o *efeito de representação da unidade*, que unifica as *peças políticas-indivíduos privados*, isolados pelo efeito de isolamento, *na universalidade política do Estado-Nação*. Esse duplo efeito garante a reprodução da dominação econômica e política de classe, ao mesmo tempo que dissimula esta dominação. Esta noção de Estado remete à necessidade da sua destruição através da implantação de uma ditadura do proletariado.

¹ Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

² Professor de Ciência Política da Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFSS)/Campus Chapecó-SC.

³ Doravante citado como *PPCS*, segundo as iniciais do título em francês e em português (*Poder político e classes sociais*).

⁴ Tal como observa Décio Saes (1998b), *PPCS* reúne em suas páginas uma densa variedade de temas investigativos que dificilmente poderiam ser desenvolvidos por um único pesquisador, apesar de terem sido formulados por apenas um.

⁵ Doravante citado como MPC.

Em 1978, dez anos após o aparecimento de *PPCS*, Poulantzas publica o último livro de sua vida – *L'État, le pouvoir e le socialisme*⁶. Esse contexto é marcado pelo abandono, pelo Partido Comunista Francês (PCF) em seu 22º Congresso, realizado em 1976, do princípio da ditadura do proletariado e da supressão dessa expressão dos seus estatutos, bem como da vinculação deste partido às teses eurocomunistas. *EPS* é lançado, justamente, alguns meses depois da ruptura da União de Esquerda (*Union de Gauche*) na França, que consistiu numa aliança eleitoral entre o PCF, o Partido Socialista (PS) e o Movimento dos Radicais de Esquerda (MRG), de 1972 a 1977, sobre a base do Programa Comum de Governo. No entanto, Poulantzas tinha esperanças de que o Programa Comum que fundamentava aquela aliança ainda pudesse vigorar. É possível, desse modo, apreender da leitura desse livro que uma das inquietações políticas que guia seus argumentos se relaciona à seguinte questão: sob quais condições uma União da Esquerda, caso lograsse chegar ao poder, poderia levar adiante um processo de transformação social radical da sociedade? (Keucheyan, 2013:10). Ainda que nesse livro Poulantzas desenvolva mais claramente uma concepção de transição socialista, suas teses marcam o abandono da sua abordagem estrutural do Estado desenvolvida em *PPCS*.

Em *EPS*, Poulantzas defende que o aparelho de Estado, na sua delimitação convencional, não tem uma função social fixa; o Estado é essencialmente um registro material da relação de forças entre as classes sociais antagônicas. Como essa relação de forças é sempre mutável, a função do Estado também tende a sofrer variações, podendo ir da defesa do capitalismo até a promoção da transição socialista. A função do Estado capitalista passa a operar sob uma concepção de Estado apresentada em termos relacionais e estratégicos. “...o Estado”, diz Poulantzas, “no caso capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca, mas (...) como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ela [a relação] se expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado (Poulantzas, 2015:130). Isso significa compreendê-lo “...como um campo e um processo estratégicos, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo se articulam e apresentam contradições e decalagens uns em relações aos outros” (2015:139). A partir desse conceito de Estado, Poulantzas defende a tese – encampada pelos partidos eurocomunistas, sobretudo o italiano, o francês e o espanhol – da *via democrática ao socialismo*. Para que essa transição se concretize, Poulantzas defende que os aparelhos de Estado sejam completamente transformados, e que todas as dimensões representativas do Estado capitalista – instituições da democracia representativa – sejam reforçadas e transformadas. Isso só pode ocorrer, observa Poulantzas, através do desenvolvimento das formas de democracia direta na base e a proliferação de focos autogestores. No entanto, a transformação radical do aparelho de Estado não poderia coexistir com uma concepção que defenda a *quebra* ou *destruição* desse aparelho. Ao invés da revolução, a *via democrática ao socialismo* deveria privilegiar o pluralismo político (de partidos), o reconhecimento do papel do sufrágio universal, a ampliação e o aprofundamento de todas as liberdades políticas que também devem compreender os adversários (ou seja, os partidos políticos burgueses), em resumo, a permanência e a continuidade das instituições da democracia representativa; a

⁶ Doravante citado como *EPS*, segundo as iniciais em português.

transformação radical do aparelho de Estado, no sentido do seu *desaparecimento*, deveria se apoiar numa intervenção ampla das massas populares no Estado, através das suas representações sindicais e políticas, bem como por meio do desenvolvimento de iniciativas próprias no seio do Estado.

A versão em português do artigo de Bernard Fabrègues (pseudônimo de Bernard Chavance) que ora apresentamos se caracteriza como um texto intervenção política e de crítica à concepção relacional de Estado e à ideia de via democrática ao socialismo que Poulantzas desenvolve na última fase de sua vida. Embora se valha de uma linguagem marcadamente desrespeitosa e carregada de gírias, metáforas e ironias para demarcar posição em relação aos seus adversários teóricos e políticos no interior do próprio movimento comunista, a análise de Fabrègues tem sua importância histórica por remeter à memória do confronto aberto travado entre as perspectivas marxista-leninista e eurocomunista do Estado e do socialismo no final dos anos 1970.

Publicado em 1977, este artigo dialoga fundamentalmente com a obra coletiva, coordenada por Poulantzas, *La crise de l'État (A crise do Estado)* – e cujas teses seriam sistematizadas em *EPS* – e com *Les Communistes et l'État*, de autoria de três intelectuais membros do PCF – Jean Fabre, François Hincker e Lucien Sève. É possível dizer que a intervenção crítica de Fabrègues – juntamente às intervenções de Louis Althusser e Étienne Balibar no final dos anos 1970⁷ – constitui, nesse sentido, numa defesa de um “socialismo operário”, resultante da fusão do marxismo com o movimento operário, e do combate ao socialismo jurídico, uma das formas de manifestação da cisão do marxismo com o movimento operário (MARTUSCELLI, 2014).

Referências Bibliográficas

Fabre, Jean; Hincker, François; Sève, Lucien. *Les Communistes e l'État*. Paris: Éditions Sociales, 1977.

Keucheyan, Razmig. 2013. “Lénine, Foucault, Poulantzas”. Prefácio. In: Poulantzas, Nicos, *L'État, le pouvoir et le socialisme*. Paris: Les Prairies Ordinaires, pp. 07-36.

Lazagna, Angela. *O político na transição socialista: explicação e retificação da contribuição da corrente althusseriana*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Campinas, Unicamp, 2017.

Martuscelli, Danilo Enrico. “Althusser, a crise do marxismo e a crítica à ilusão jurídica da política. In: *Lutas Sociais*. Dossiê: Louis Althusser – 50 anos depois, v. 18, nº 33, 2014, pp. 160-171.

Poulantzas, Nicos [1968] 1975a. *Pouvoir politique et classes sociales*. Volume I. Paris: François Maspero.

_____[1968] 1975b. *Pouvoir politique et classes sociales*. Volume II. Paris: François Maspero.

⁷ Ver Martuscelli (2014); Lazagna (2017, sobretudo cap. 4, item 4.4).

_____ (Org.)[1976] 1977. *Estado em crise*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

_____ [1978] 2015. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Saes, Décio. 1998a. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Coleção Trajetória 1. 2ª edição. Campinas: Gráfica do IFCH/Unicamp.

_____ 1998b. “A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas”. In: *Crítica Marxista*, São Paulo: Xamã, nº 7, pp. 46-66.

Poulantzas, PCF: O reformismo em todos os seus estados^{8*}
(1977)

Bernard Fabrègues

A proximidade das eleições e o crescimento eleitoral da União da Esquerda⁹ produzem uma agitação teórica nos meios intelectuais “marxistas” partidários da “via democrática ao socialismo”. Há alguns meses, vemos proliferar livros, artigos, debates, encontros sobre uma questão efetivamente crucial: a questão do Estado. O entusiasmo de todos os pensadores da União da Esquerda (ou do seu entorno) é produto de dois imperativos urgentes: 1) dar uma aparência de fundamento teórico à estratégia da “via parlamentar ao socialismo” e 2) tentar provar que esse fundamento teórico é um desenvolvimento criador do marxismo e do leninismo. Além disso, essa posição havia sido postulada no 22º Congresso do PCF pelo Marchais¹⁰ em pessoa, quando ele pronunciou com muita convicção que o abandono da ditadura do proletariado estava fundado nos princípios do marxismo e do leninismo. O resultado de tudo isso, admitamo-lo de saída, é absolutamente surpreendente.

Poulantzas e o Estado como relação de forças

Consideremos, pois, para começar, um dos maiores mentores da teoria marxista nesse fim do século 20. Trata-se, senão do papa do marxismo, ao menos de alguma coisa como um cardeal ou um arcebispo que não sofre de nenhuma falsa modéstia nesse domínio: o Sr. Nicos Poulantzas. Ele acaba de produzir uma “nova” teoria do Estado¹¹. Nada menos. Deixemos com ele a palavra: “Para mim, a verdadeira teoria marxista do Estado não foi desenvolvida pelos clássicos do marxismo e, além disso, não se encontra sob essa forma em Gramsci” (NC, p. 10). Como isso é possível? “É em nossa época, e não por acaso, que podemos desenvolver essa teoria sobre a qual eu tenho trabalhado há muito tempo e, como é sabido, bem antes dos economistas do partido se lançarem sobre o tema, como disse Boccara” (id.). E qual é essa teoria genial que somente tal cérebro poderia

⁸ Fabrègues, Bernard. “Poulantzas, PCF: Le réformisme dans tous ses États”. *Communisme*, nº 27-28, mar-jun. 1977. Tradução: Angela Lazagna e Danilo Enrico Martuscelli.

⁹ [Nota dos tradutores] No original, *Union de la gauche*. Trata-se de uma aliança eleitoral formada pelo Partido Socialista Francês, o Movimento dos Radicais de Esquerda e o Partido Comunista Francês, fundada num Programa comum de governo, entre os anos de 1972 e 1977. Em 1974, tal aliança deu sustentação à candidatura de François Mitterrand à presidência da República.

¹⁰ [Nota dos tradutores] Referência a Georges Marchais, Secretário Geral do PCF.

¹¹ *La crise de l'État* (obra coletiva, organizada por N. Poulantzas). PUF, 1976. Diálogo F. Hincker-N. Poulantzas sobre *La crise de l'État*, *France Nouvelle*, 1-11-1976. *Crise du capitalisme, crise de la société, crise de l'État: un débat* (Boccara, Buci-Glucksmann, Castells, Hinker, Poulantzas), *La Nouvelle Critique*, fevereiro 1977; N. Poulantzas. *La gauche et l'État*. *Le Monde*, 11 de março de 1977. Para esses diferentes textos, indicaremos as páginas, na ordem, como segue: sem referência, FN, NC, LM.

produzir? Deixemos que ele fale: “*O Estado é a condensação material de uma relação de forças entre classes*” (FN, p. 44). Ficamos estupefatos... Foi necessário, pois, um século e meio para o marxismo alcançar a essência do Estado! Todo o problema, nos ensina o Dr. Poulantzas, é considerar as “contradições internas do Estado” (id.). É preciso conceber, no quadro desse “marxismo renovado”, o Estado capitalista “como sistema complexo de relações de força, como campo estratégico de contradições internas” (sic), “atravessado permanentemente pelas lutas populares que influenciam uma parte importante do seu pessoal” (LM).

Diante de um pensamento com tal envergadura, a própria expressão “ruptura epistemológica” seria irrisória. Mas um avanço teórico análogo conduzirá indubitavelmente a conclusões totalmente novas, a uma estratégia que representa uma inovação da mesma grandeza? Ao que parece sim, e nosso gênio inovador vai direto ao assunto: “uma via democrática para o socialismo não pode se contentar com mudanças secundárias do Estado” (LM). Diacho, que audácia! O que é necessário, então? “Uma transformação profunda da estrutura” do Estado, o que exige a sua “*democratização*”.

Ao chegarmos nesse ponto, não podemos nos furtar de uma certa surpresa. Tratam-se de conclusões às quais o PS e o PCF já haviam chegado há muito tempo, quando redigiram o Programa Comum. Mas pouco importa; o essencial é que essas conclusões são agora amparadas pela *Ciência*. Assim, a democratização, “dado o papel econômico-social complexo do Estado atual e certo boicote por parte da burguesia, não deve dismantelar o Estado ou privá-lo de sua eficácia sob um governo de esquerda” (LM). Na realidade, esse “papel complexo” do Estado não passa de um velho sofisma com ares “dialéticos” que os revisionistas praticam há tempos: o Estado burguês teria uma dupla natureza, expressaria uma função “social” (a conservar) e uma função de classe (a “transformar”). Vandervelde, dirigente da 2ª. Internacional, propunha, já em 1918, a realização da “separação do Estado, órgão de autoridade, e do Estado, órgão de gestão”¹². Conservemos a parte boa da ditadura da burguesia, eliminemos as ruínas: velho sermão reformista (do qual encontraremos mais tarde uma variante). Quanto ao segundo argumento de Poulantzas (boicote da burguesia), resume-se à injunção: não tocar no Estado burguês, porque a burguesia não estaria de acordo! É preciso reconhecer efetivamente que os fundadores do marxismo não conseguiram desenvolver suas concepções a tal extremo (os limites da época sem dúvida)!

Mas a Ciência não se deixa ficar pelo caminho. Existe, no seio da União da Esquerda, ou em seu entorno, correntes de “esquerda” que pensam que as direções dos dois grandes partidos são um pouco “frouxas”, ou talvez tenderiam a pender para uma posição “reformista”. Sem colocar em questão a lógica da própria União da Esquerda, tais correntes desenvolvem, pois, a ideia de que, sob o governo PS-PCF, um movimento de massas seria necessário para evitar os “desvios direitistas”, os compromissos com a direita, etc. Essas correntes não se oporiam, por conseguinte, abertamente a um desenvolvimento das lutas populares na nova conjuntura política. Mas aqui o renovador do marxismo brada: atenção! Serão necessárias, ele afirma, “redes de democracia direta na base”. Além disso, no que se refere a esse poder na base e o poder pelo alto, “não há dúvida sobre descartar um desses processos com o único propósito de manter o outro” (LM). Tratar-se-ia,

¹²Veja-se: um novo livro de Vandervelde sobre o Estado, em anexo à *La révolution prolétarienne et le renégat Kautsky* (1918), de Lênin.

então, de uma versão “renovada” da concepção do equilíbrio de poderes, cara ao direito constitucional burguês? De modo algum, pois o grande perigo continua sendo o risco de uma situação de “duplo poder” (“ou mesmo entre dois poderes de esquerda” [id.]). Poulantzas teve que considerar que todas as grandes revoluções, da Comuna à de Outubro de 1917, da libertação da China à do Vietnã, passaram pelo enfrentamento de dois poderes (poderes, no sentido de forças sociais *armadas*, note-se bem). Mas, para ele, a França sem dúvida inovaria nesse esquema, ao produzir o modelo 2 + 1 “poderes”. Se uma situação de duplo poder se apresenta, isso “conduz rapidamente a um enfrentamento agudo entre os dois poderes”; é então inevitável que a “burguesia” (terceiro ladrão nessa fábula)¹³ empreenda um golpe de força: “a direita raivosa já está se adiantando” (LM), ele sublinha. Temos aqui “o problema mais grave que se projeta na França em relação ao Estado em uma via democrática ao socialismo”. Dito de outra maneira, *o maior perigo é a revolução!* Obrigado, Dr. Poulantzas, o senhor iluminou o nosso problema. Mas, diga-nos, o senhor falava em não dispensar nenhum dos dois processos (aquele na base e aquele pelo alto)? O senhor também se esqueceu de nos explicar por qual motivo, se temos dois “poderes” de “esquerda”, segundo a sua terminologia, um enfrentamento entre eles seria inevitável? Talvez seja necessário considerar uma outra hipótese: sob um governo da União da Esquerda, a burguesia não seria esse terceiro ladrão conspirando às escondidas (o que pode ser efetivamente o caso para uma fração dessa classe), mas sim a classe sempre dominante, dispondo do seu aparelho de Estado intacto e dispondo da representação política do mesmo governo da União da Esquerda. Nesse caso, não haveria mais três atores nesse risível drama, mas dois: a classe operária e as massas populares, de um lado, e a burguesia (seu Estado, seus partidos de esquerda e outros e sua ideologia “marxista” Poulantzas), de outro. Mera hipótese escolar, evidentemente.

O conceito de “crise do Estado”, tal qual foi elaborado no livro de Poulantzas e cia, é típico de um estilo que tem o apoio dos “intelectuais de esquerda”; é *completamente superficial*. Podemos seguramente verificar a prosa do seu inventor para apreender o seu conteúdo “inovador”; impossível: ele é vazio. Por outro lado, não é necessário recorrer a uma “leitura sintomal” (ou leitura nas entrelinhas) para apreender sua *função* política: esse conceito foi forjado para *justificar* e fazer *apologia* da estratégia da União da Esquerda. Aliás, Christine Buci-Glucksmann dá com a língua nos dentes: é preciso, ela diz, mostrar como “essa crise do Estado permite (e apela para) uma estratégia democrática, não reformista (sic), que possa transformar o caráter de classe do Estado sem destruí-lo previamente” (p. 59-60). É como buscar um conceito que demonstra a quadratura do círculo. Obra difícil, mas bem-sucedida. É verdade que o PCF há muito tempo encontrou a solução: batiza-se de “revolução” a estratégia dita democrática, mantem-se o caráter burguês do Estado ao proclamar... que ele foi transformado, e ponto final. Doravante, para os intelectuais “marxistas” intervirem: só lhes resta demonstrar que a teoria acaba de dar um salto qualitativo. É assim que surge um conceito na

¹³ [Notas dos tradutores] Provavelmente, o autor faz referência aqui à fábula “Les voleurs et l’âne” (Os ladrões e o burro), de La Fontaine, que trata de um conflito entre dois ladrões que haviam roubado um burro e divergiam sobre o que fazer com o mesmo: vendê-lo ou utilizá-lo para passeio? Em meio a tal contenda, e observando que os dois ladrões estavam entretidos, surge um terceiro ladrão que rouba o burro e foge.

cabeça de Poulantzas. Ele mesmo confirma: o livro se situa “numa perspectiva política precisa e urgente” (p. 13).

Os contorcionismos intelectuais que resultam desse conceito são verdadeiramente dignos de admiração. Tomemos a teoria do Estado como “condensação material de uma relação de forças”. Admitamos que essa relação de forças seja modificada (quem iria negar que um governo da União da Esquerda atingisse tal resultado?) Inevitavelmente, sua condensação material (o Estado) será transformada – podendo mesmo ocorrer de maneira “radical”, se a relação de forças for “radicalmente” modificada. Ou melhor, admitamos que “o Estado é constituído-atravesado de ponta a ponta pelas contradições de classes” (p. 39), considerando que “o Estado concentra em seu seio e de maneira específica, não somente a relação de forças entre frações do bloco no poder, *mas igualmente a relação de força entre este e as classes dominadas*” (p. 42, sublinhado por Poulantzas). Está claro mais uma vez que se mudarmos a relação de força, mudamos o Estado. O que devia ser demonstrado. O método seguido é simples: a “verdadeira teoria marxista do Estado” é o exato oposto daquela dos clássicos do marxismo (pois é justamente esta última, na qual o Estado é o instrumento da dominação de uma classe, que é visada pelos sucessivos ataques de Poulantzas contra a “concepção instrumental do Estado”). Por conseguinte, uma das principais teses do marxismo relativa ao Estado (a necessária destruição do Estado burguês), cristalização da experiência histórica que não cessou de ser confirmada prática e teoricamente desde a Comuna, transforma-se no seu contrário na “verdadeira concepção marxista (poulantziana) do Estado”: não é preciso “desmantelar o Estado ou privá-lo de sua eficácia sob um governo da União da Esquerda” (LM). Poulantzas nos ensina: na verdade, eu lhes digo, reformemos o Estado e a sociedade capitalistas. Temos aqui, incontestavelmente, uma inovação histórica na evolução do espírito humano.

A obra “*A crise do Estado*” deverá, pois, ser celebrada nas décadas futuras como um monumento de seriedade e rigor intelectual: tal como Poulantzas salienta com sua humildade costumeira: “nosso coletivo procurou, sempre respeitando o rigor teórico, evitar ao mesmo tempo uma prosa fácil ou um discurso abstrato” (FN, p. 43). Bravo! Vimos o que foi isso na realidade para o nosso teórico-mor. Mas o que dirão seus colegas? Delilez (economista do PCF e especialista em monopólios)¹⁴, por exemplo, escreve que, no estágio atual do capitalismo, a separação entre trabalho manual e intelectual vai desaparecendo como resultado da socialização da produção. Temos aqui, sem dúvida, uma renovação *completa* do marxismo, pois este demonstra exatamente o contrário, o que é inteiramente confirmado pela realidade: essa separação é, na verdade, intensificada com o desenvolvimento do capitalismo. Ademais, ao vencer mais um degrau do “rigor teórico”, Delilez afirma que, com o advento do capitalismo monopolista, produziu-se uma verdadeira “mutação social”: “um desmembramento irreversível entre a burguesia no seu conjunto e a minúscula camada social (cerca de 10.000 pessoas na França) ligada aos grandes negócios, aos monopólios, aos grupos multinacionais: a oligarquia financeira” (p. 168). Seus interesses entram em conflito, ao que parece, com o resto da burguesia (suponhamos que esta se reconheça, pois, na “União do

¹⁴ [Nota dos tradutores] Trata-se de Jean-Pierre Delilez.

povo da França”¹⁵). Tudo isso produz – a mesma velha história – “um deslocamento das contradições no próprio seio do aparelho de Estado” (168). Maldito seja o discurso fácil! Portanto, não temos mais na França, segundo essa lógica inflexível, Estado de classe, mas um tipo de “Estado de uma minúscula camada social”. Não é surpreendente que se abram “novas perspectivas de transformações do sistema estatal” (p. 171) e que “transformações profundas” estejam ao alcance das mãos, graças à “intervenção democrática das massas para livrar os aparelhos de Estado de seus ‘pensadores burocráticos’” (p. 172). Essa linguagem (muito giscardiana)¹⁶ se encontra efetivamente muito distante de um “discurso abstrato”: seu alcance *concreto* salta aos olhos, se pensarmos na democratização-desburocratização dos aparelhos fundamentais do Estado burguês francês que são o exército, a polícia, a justiça, etc.

Outro praticante do rigor teórico: M. Castells. Ele diagnostica, por exemplo, depois da saída de De Gaulle, “uma tendência geral à desestatização do Estado francês”, assim como uma “perda progressiva da autonomia do Estado em relação à classe dominante” (p. 194). Deseja-se bradar: nacionalizamos o Estado! (ideia avançada pelos tecnocratas do clube Jean Moulin nos anos 1960)¹⁷ e: devolvamos rápido ao Estado francês sua autonomia perdida! O rigor, sempre o rigor. Castells vai mais longe: ele descobre uma “contradição entre a socialização objetiva da produção e do consumo e a apropriação privada da gestão desses dois processos” (p. 204). O leitor conclui por conta própria: com uma apropriação “pública” da gestão, essa “contradição” fundamental está resolvida! Enfim, a recusa à “prosa fácil” culmina quando Castells conclui seu panegírico à União da Esquerda pela afirmação que “nós sabemos” que uma “transformação da consciência das massas” é necessária, mas que ela só pode ser obtida “pela e na luta”; para apoiar essa tese-chave, Castells se remete à... *Sobre a Prática*, de Mao Zedong. É o rigor ao quadrado.

A coerência do discurso poulantziano é nítida, enfim, nessa ideia de que o Estado deverá ser democratizado pelas organizações sindicais e políticas de esquerda, “para as quais a democratização é em si essencial” (LM). Mas, objetemos, quem vai democratizar essas organizações? As massas populares? Não seria necessário que elas também fossem “democratizadas”? A única saída é, portanto, que, no final das contas, o movimento de “democratização profunda” da nossa sociedade irradie de um único centro: Sr. Poulantzas em pessoa.

Quando se conclui a leitura de “*A crise do Estado*”, duas conclusões se impõem. Primeiramente, sob a roupagem de novidade teórica, de marxismo renovado, etc., nos são servidas as velharias desgastadas do reformismo burguês e do revisionismo mais raso. Estamos, pois, em presença de um caso típico de falsa (auto)-publicidade. Mas, enfim, tudo se esclarece se concluirmos que a notável definição de Estado burguês em Poulantzas (um “campo estratégico de

¹⁵ [Nota dos tradutores] No original, *Union du peuple de France*. Trata-se de proposta apresentada por Georges Marchais e Paul Laurent, no 21º Congresso do PCF realizado em outubro de 1974 com vistas a ampliar a política de alianças dos comunistas.

¹⁶ [Nota dos tradutores] Referência ao presidente Valéry Giscard d’Estaing, que governou a França entre 1974 a 1981.

¹⁷ [Nota dos tradutores] Trata-se de uma espécie de *think tank* criado em 1958 com vistas a fundar um movimento antigaullista que apelasse para o republicanismo e procurasse, simultaneamente, ampliar o poder tecnocrático e conter o papel do Parlamento no sistema político.

contradições internas”) tem uma validade *real*, com a única condição de aplicá-la, não ao Estado, mas ao pensamento do seu inventor.

Os comunistas e o Estado

Não contentes com a contribuição científica decisiva do seu amigo Poulantzas (talvez em virtude do seu enorme rigor?), três membros do Comitê central do PCF acabaram de publicar, com grande estardalhaço, “*Les Communistes et l’État*”¹⁸. Encontra-se nesse livro, anunciam-nos, por assim dizer, uma análise cuja novidade é em si de novo tipo.

O novo!

Ao adotar “a via majoritária e pluralista para um socialismo verdadeiramente democrático”, o 22º Congresso do PCF (1976) surpreendeu por sua “novidade profunda” (p. 9) ligada a uma “concepção historicamente original” (14), uma “estratégia qualitativamente nova de passagem ao socialismo” (15), ou seja, uma “inovação histórica” tamanha (p. 103) que “os próprios comunistas não conseguiram dimensioná-la” (237). Diabos, que insistência; acredita-se no método Coué. Entretanto, a teoria da via pacífica e parlamentar ao socialismo não é uma velharia revisionista? Grave erro: isto significa esquecer as “condições novas” e as “lições da história”. A passagem pacífica ao socialismo é algo sem exemplo? “É verdade. Mas o mundo de hoje é cheio de coisas sem exemplo” (210). Que argumento de peso! Vejamos isso mais de perto.

Uma virada teria se produzido no início dos anos 1970: a “distensão”, a “coexistência pacífica”, a “segurança dos povos”: “as tentativas de impedir uma terceira guerra mundial aumentaram novamente”, o que traduz um “recoo histórico do imperialismo” (140). FHS querem aqui nos fazer considerar o “diálogo” entre as superpotências, a conferência de Helsinki, etc., como *realidade*: um crescimento sem precedentes da corrida armamentista, a pressão para a guerra, a rivalidade EUA-URSS difundida nos quatro cantos do planeta, o aguçamento das contradições inter-imperialistas agravadas pela crise. Por outro lado, imaginar um recuo do imperialismo significa identificá-lo rapidamente com os EUA, e ignorar os países imperialistas europeus, o Japão e... o social-imperialismo soviético. Enfim, sustentar que a pretendida “coexistência pacífica” permite, desde os anos 1970, uma passagem pacífica ao socialismo não é nada *novo*: esse argumento foi desenvolvido por Krushev a partir de 1956; para ele, isso era viável desde o fim dos anos 1950. Mais uma vez o novo, sempre o novo.

A experiência demonstrou a validade dessas teses (como no Chile) e tudo indica que ela ainda as comprovará no futuro, se os povos se deixarem iludir pelas cantilenas da “via pacífica”.

O que é preciso compreender, insistem nossos pensadores, é que apenas aconteceu “uma mudança de era revolucionária”, abrindo uma nova “época”. O 22º Congresso sintetiza “o que nos ensinou a passagem ao socialismo de mais de um bilhão de homens” e “a experiência de luta acumulada há mais de 40 anos” (242). Mas, tem-se o desejo de questionar quais são precisamente essas lições da história,

¹⁸Ed. Sociales, 1977; os autores são Jean Fabre, François Hincker e Lucien Sève (para simplificar, nós os designaremos por FHS)

senão que nenhum país passou ao socialismo graças à estratégia da via parlamentar e pacífica, senão que há mais de 40 anos, todas as tentativas nesse sentido falharam de maneira sangrenta? O que nos ensinou e confirmou a experiência além da necessidade de preparar a insurreição armada ou a guerra popular como forma fundamental de combate para vencer a violência da burguesia? Estando o proletariado preparado política, organizacional, teórica, militarmente para um tal combate, caso se apresente, em um momento dado, a possibilidade de uma derrubada “pacífica” do poder político da burguesia – como foi o caso durante alguns meses em 1917 na Rússia – evidentemente só poderemos nos regozijar com isso.

A esse propósito, notemos que o raciocínio de nossos revisionistas sobre Lênin e a passagem pacífica bate os recordes da sofística. Para eles, Lênin vislumbrou durante algumas semanas entre fevereiro e outubro de 1917 a possibilidade de uma “passagem pacífica”, mesmo que essa estratégia não tenha sido fundamental para os bolcheviques. Hoje, o que era secundário pode se tornar uma estratégia de conjunto. Cabe aqui uma primeira observação: o que era principal em Lênin – a insurreição armada, a preparação do proletariado para um enfrentamento violento – foi durante muito tempo mantido como aspecto *secundário* (e puramente verbal) pelo PCF desde os anos 1950, a partir dos quais se adotou explicitamente a estratégia da via parlamentar. Hoje, essa hipótese – mesmo no nível do simples discurso – está totalmente descartada. Mas, sobretudo, nossos dialéticos do principal e do secundário se esqueceram de um pequeno detalhe: quando Lênin evocava a possibilidade de uma “passagem pacífica” do poder aos soviets, em uma conjuntura política muito precisa..., o proletariado estava *armado!* Entre as posições leninistas e aquelas do PCF não há hoje a menor continuidade baseada nas pretendidas “transformações dialéticas”; há ruptura qualitativa entre o ponto de vista do proletariado e o da burguesia.

Retornemos às nossas lições da história. Evocando o Maio de 1968, nossos especialistas realizaram uma proeza: eles próprios arruinaram, em algumas palavras, as 250 páginas de seu livro. Os homens do grande capital, eles escrevem, estavam prestes a “desencadear, nessa altura, a repressão, talvez anulando por muito tempo as perspectivas de mudança democrática e de passagem ao socialismo” (104). Mas pensávamos que a possibilidade de uma “mudança democrática” para o socialismo advinha justamente da impossibilidade de a burguesia empregar a força? Estaríamos hoje mais “próximos” de tal limite extremo? Dir-se-ia que, justamente desde 1968, as forças armadas, a gendarmaria, a polícia estivessem sistematicamente treinadas (militar e ideologicamente) para tal enfrentamento. Balanço de 1968: “É uma honra histórica para o Partido Comunista ter observado com clareza e passado pelo teste, preservando a classe operária e as forças democráticas dessas derrotas trágicas que a história recente deu exemplos” (104). A classe operária notará que essas formidáveis lutas de 1968 representaram um “teste” para o PCF (é efetivamente desta forma que sentiram todas as forças burguesas); mas talvez ela se interrogará do que foi preservada: sem dúvida, de algumas vitórias, em vez de uma derrota!

Uma outra lição da história à qual se faz alusão (as “derrotas trágicas”) se refere evidentemente ao Chile. Sob o governo Allende, o PCF alardeou aos quatro ventos: a passagem pacífica [e] a via parlamentar são possíveis! Vejam o Chile! As novas condições! Podemos transformar o Estado por dentro! As tradições democráticas no exército! etc.! etc.!. Depois do golpe de Estado fascista patrocinado

pelos EUA, o bordão mudou: mas o Chile é muito diferente de nós! Ademais, tudo aquilo é culpa dos esquerdistas que quiseram acelerar o processo! Etc.¹⁹. Esses tristes senhores não têm um mínimo de honestidade. Quem é o responsável pela tragédia do povo chileno? A situação atual não é o resultado *direto*, inevitável, da estratégia da passagem pacífica (“revolução na legalidade”) impulsionada pelas forças dirigentes da Unidade Popular, sustentadas, aplaudidas, encorajadas por todo o movimento revisionista internacional e notadamente o francês! Toda e experiência chilena é um desmentido pungente da teoria da via pacífica ao socialismo, das ilusões que ela provoca nos povos; ou ainda, ela confirma o caráter *condenável* daqueles que a propagam (de boa-fé ou não, pouco importa). Os povos, o proletariado revolucionário se “preservarão” das “derrotas trágicas” repelindo o reformismo burguês e o revisionismo, ao prepararem o enfrentamento contra o capital e o imperialismo que reinam pela violência (aberta ou dissimulada) e utilizam e *sempre* utilizarão a violência quando sua dominação for ameaçada.

Eis aqui a “novidade”, as “novas condições”. Observemos brevemente que os nossos próprios autores demonstram que a inovação histórica, original, etc., do 22º Congresso, possui antecedentes em seu partido: “Tal é, desde Maurice Thorez e dos anos da Frente Popular, a *tendência histórica* do PCF” (77). É certo que a tendência ao reformismo é antiga no PCF e que ela *praticamente* predominou desde o pós-guerra. Mas é preciso ir mais longe: a teoria da passagem pacífica ao socialismo, a apologia das reformas do Estado burguês são velhas cobras traiçoeiras do movimento operário, um fio condutor que religa Lassalle, Bernstein, Kautsky à SFIO²⁰ desde os anos 1920 e o PCF hoje. Mas então, o que resta de “novidade”?

Abaixo o modo de produção monopolista, viva o modo de produção democrático!

Encontramos em nossos teóricos um argumento apreciado por Poulantzas: a autoridade da Ciência. A estratégia do 22º Congresso, dizem-nos, “pode aspirar à seriedade científica”, pois “ela repousa sobre uma análise cientificamente fundada do movimento contemporâneo da sociedade francesa” (115). Desde os anos 1960, o PCF “desenvolveu de maneira original o estudo do capitalismo em seu estágio atual: o capitalismo monopolista de Estado” (CME) (115). Originalidade profunda, certamente, a julgá-la pelos resultados. Não em termos de comparação à “crítica” burguesa do capitalismo, mas, sem dúvida alguma, em relação à teoria marxista. Afirmamos desde já que é, portanto, verdadeiro que o PCF aportou uma contribuição importante à questão do CME na França. Contudo, ela não se situa no plano teórico, mas no *prático*. Essa contribuição data do período de 1944-1947, em que a participação do PCF nos diferentes governos burgueses contribuiu de maneira decisiva para erguer o capitalismo francês e moldar os grandes traços do CME tal como ele se reproduziu até hoje.

A contradição entre o capital e o trabalho, talvez pensem alguns marxistas desatualizados, é todavia [a] principal na nossa sociedade. Pois bem, não é o caso. A contradição fundamental que nos revela a Ciência é *aquela que opõe os monopólios e a democracia*. Daí a distinção decisiva entre “o poder e o Estado monopolistas atuais” e “o poder e o Estado democráticos de amanhã” (116).

¹⁹ Cf. L’Union de la gauche et le Chili, *Communisme* nº 7.

²⁰ [Nota dos tradutores] A sigla SFIO remete à Seção Francesa da Internacional Operária. Trata-se de um partido político socialista, que existiu entre 1905 e 1969, quando se transformou no Partido Socialista Francês.

Contrariamente a seu amigo Poulantzas (mas nos tranquilizemos, essa divergência “teórica” não tem consequências sobre o plano político...), FHS pensam a propósito das diferentes camadas da burguesia que “teriam ingenuamente acreditado no bloco *no poder*: o poder atual é apenas o dos monopólios” (130).

Entretanto, dirão os céticos, o ABC do marxismo não nos ensinaria que o Estado atual é fundamentalmente o Estado do capital? Esse capital é certamente *dominado* pelo capital monopolista, mas essa dominação não coloca em questão seu caráter de capital, ou seja, seu antagonismo fundamental com o trabalho. Marx demonstrou que a exploração do proletariado não é exercida por simples *indivíduos* capitalistas, mas pela *classe* burguesa em seu conjunto. A mais-valia extorquida pelo conjunto dos capitalistas “individuais” é *repartida* no seio da burguesia; certos capitais retêm da mais-valia social uma parte menor do que extorquiram diretamente, outros (é o caso dos monopólios) se apropriam de uma parte superior. Essa “partilha” do espólio comum evidentemente não coloca em questão o antagonismo fundamental entre aqueles que produzem a mais-valia (a classe operária) e aqueles que a extorquem (o capital e seus representantes).

Alto lá, pontifica a Ciência! E as “novas condições”? A burguesia não monopolista não mordisca uma parte do bolo? Ela é, pois, explorada, ou como se fosse. “As enormes receitas” (não falemos mais de mais-valia, isso tiraria a originalidade) que o Estado do CME “consegue liberar em benefício das operações do grande capital são extraídas diretamente de todas as camadas não monopolistas da população: trabalhadores, assalariados, contribuintes, consumidores, poupadores, camponeses, camadas médias, os próprios pequenos capitalistas” (124-125). Que rigor! Entretanto, os próprios membros das “camadas monopolistas” (os CEO dos monopólios, por exemplo) não são assalariados, contribuintes, consumidores, poupadores? O próprio capital monopolista é um grande contribuinte, consumidor, poupador. E as “cobranças de rendimentos” entre frações do capital, ou seja, a repartição da mais-valia produzida, não tem *nada a ver* com a extorsão dessa mesma mais-valia obtida pela compra e pelo consumo produtivo da força de trabalho, salvo a suposição de que o capitalismo desapareceu no seio do próprio capitalismo. É verdade que isso é, no fundo, a teoria aventada pelo PCF. Desse modo, asseveram-nos que com uma “planificação adaptável e contratual”, teremos um “sistema que permitirá que as empresas desempenhem sua função produtiva, estabelecendo simultaneamente regras para os monopólios em benefício dos interesses da coletividade” (176). Aqui a Ciência teve um pequeno lapso de memória: ela se “esqueceu” que a “função produtiva” das empresas, no modo de produção capitalista, é a de extorquir mais-valia. Quanto a “submeter” a mais-valia (dos monopólios ou não) aos interesses “coletivos” do capital e do trabalho, serão necessárias, para tanto, regras certamente muito originais, uma verdadeira “inovação histórica” ...

Observemos que, em geral, para o PCF, a nacionalização representa um toque de varinha de condão pelo qual o capital se transformaria em não-capital ou em “recursos à disposição da nação”. Na realidade, ele se transforma nesse caso simplesmente em capital monopolista de Estado. Tanto antes como depois, o Estado permanece submetido às leis do capital (e não o inverso). Um número incrível de sofismas é formulado a partir desse papel mágico conferido às nacionalizações, que resulta de um fetichismo do Estado levado ao paroxismo.

Reconheçamos que se o *modo de produção monopolista* já tem tão pouco a ver com o capitalismo, o *modo de produção democrático* (conceitos não formulados,

mas implícitos na Ciência) não terá dificuldades para sucedê-lo e “reduzir as destruições produzidas pela *política monopolista*” (185). Assim, “desde o advento do primeiro governo democrático” teremos uma *política* que permitirá a “eliminação do desemprego” (185) e o controle e, posteriormente, a eliminação da inflação (188), etc. O sonho de vida da burguesia irá, pois, se realizar! Crise, desemprego e inflação não são mais produtos das contradições do modo de produção capitalista, mas da simples *política* dos monopólios. Uma *política* batizada de anti-monopolista permitiria, pois, a cura desses males e a passagem a um “novo tipo de desenvolvimento”... A originalidade consiste em afirmar que podemos eliminar as partes deletérias do capitalismo conservando o próprio capitalismo. É, portanto, uma originalidade compartilhada por todos os ideólogos da burguesia, de todas as cores, de todas as nuances. A contribuição de FHS à dialética do antigo e do novo sobreviverá por séculos e séculos.

Pela democratização da ditadura da burguesia

Entre as contribuições de nossos originais, figura a teoria do “mecanismo único” Estado-monopólios. Desde 1958, uma “nova etapa” do CME conclui-se com “a formação de trinta grupos que subordinam cada vez mais estritamente o Estado e o país” (119). O raciocínio, de um rigor implacável, é de fato o seguinte: podemos abrir a via ao socialismo quebrando o “mecanismo único Estado-monopólios” e substituindo-o pelo *mecanismo único Estado-monopólios de Estado!*

O conceito central de nossos revisionistas é o de “democratização”. Eles querem democratizar tudo: a mais-valia, o capital, a venda da força de trabalho, a acumulação, a queda tendencial da taxa de lucro, o imperialismo francês. Tudo isso deve ser democratizado até a medula, até a vitória final do MCPD (modo de produção capitalista democratizado)²¹. Mas, sobretudo, e antes de mais nada (pois o resto deriva disto), é preciso democratizar o Estado.

Seria possível terem sobrevivido até os nossos dias alguns fósseis aferrados às “velhas citações marxistas” (145), segundo as quais a destruição do Estado burguês seria uma condição necessária da revolução proletária? Que dogmatismo antiquado! Vejamos, reflitamos conjuntamente. Tomemos a política industrial do Estado, na siderurgia por exemplo. Os trabalhadores da siderurgia “não reclamam que o país não tenha mais uma política industrial, mas que a transforme em uma outra com um conteúdo inteiramente novo” (147). Sejamos razoáveis. Outro exemplo: a formação profissional. As lutas dos trabalhadores colocam “o problema não de suprimir, mas de transformar fundamentalmente a política profissional, sua organização e suas estruturas” (147). Destruir o Estado burguês não seria destruir tudo isso? O rigor e a honestidade intelectual atingem aqui o ápice. Poderíamos acrescentar: se quebramos o Estado, destruiríamos também os hospitais, as escolas, a seguridade social, a rede rodoviária, a coleta de lixo, etc. Isso seria vandalismo! Logo, não se deve destruir nada. A única coisa à qual consentem nossos revisionistas é, inegavelmente, a destruição da lógica mais elementar, e isso bem antes da sua eventual chegada ao governo.

²¹ A esse propósito, FHS, que só sabem pronunciar as palavras democracia e liberdade, querem nos fazer crer que o PCF jamais recorrerá a “expedientes autoritários em relação às massas” (162). Os trabalhadores combativos ou revolucionários conhecem já hoje, por experiência prática, a falsidade dessa afirmação. Quem vai engolir que o que é comum agora eventualmente não existirá a uma escala muito maior amanhã?

Prossigamos. Se é necessário conservar (e “transformar”) esses pilares do Estado burguês que são a política industrial e a formação profissional, não vamos destruir, do mesmo modo, esses aspectos, em resumo, secundários, que são o exército, a polícia, a justiça, etc.? O que exigem de fato as massas populares? “... que a polícia seja incumbida, através de um poder democrático, da única missão de garantir as liberdades, de garantir a segurança das pessoas e a proteção dos bens, em respeito à legalidade e às instituições com as quais o povo outorgou” (148). Evidentemente, se a “legalidade e as instituições” são aquelas que “o povo outorgou”, basta demandar à burguesia que as respeite; por exemplo, é preciso “que seja combatida a interpretação giscardiana da atual constituição” (168)²². O povo outorgou a ditadura da burguesia, bem como as instituições políticas, jurídicas, institucionais adequadas, mas elas são descaracterizadas pelos hipócritas políticos dos monopólios (eles se “esforçam”, por exemplo, para “fazer da polícia uma simples engrenagem da ordem monopolista” (148). Nós, a União da Esquerda, propomos criar para o povo uma verdadeira ditadura da burguesia, que corresponda à sua essência (a democracia do povo). E que não venham nos fazer acreditar que a polícia já assegura as liberdades (ou seja, a liberdade do capital para explorar o trabalho), já garanta a segurança das pessoas (ou seja, da burguesia) e a proteção dos bens (ou seja, do capital). É isso que nós, da União de Esquerda, faremos de maneira mais consequente, ou seja, “democrática”. Para a polícia, o que é preciso “não é sua ‘supressão’, mas a sua reforma democrática profunda” (148).

Quanto ao exército burguês, é inútil evocar a ideia utópica de “destruí-lo”. Esse pobre exército se sente hoje “contestado, aliado da nação, enquanto aspira, apesar disso, na sua maioria, servir de maneira desinteressada” (202). Esse exército francês, cujo enquadramento foi forjado nas guerras coloniais e se devotou de corpo e alma à defesa da ordem burguesa, o “último baluarte da sociedade liberal”, esse exército sistematicamente treinado desde 1968 contra o “inimigo interno” será batizado depois do ajuste “democrático” de “exército democrático e moderno” (202), o que “autorizará uma autêntica integração do exército e da nação” (203). Isso será uma mudança revolucionária, pois a ditadura do capital se recolocará, assim, sobre bases profundamente democratizadas. Os trabalhadores que se arriscassem a fazer a revolução teriam, por conseguinte, a satisfação de ser massacrados por um exército democrático e moderno, em vez de por um exército antidemocrático e vetusto. Não se pode parar o progresso.

As platitudes anti-diluvianas do reformismo social-democrata de FHS são evidentemente comuns àquelas de Poulantzas. Começa-se por dar uma definição de Estado particularmente original (em todo o caso, para os “marxistas”): “por aparelho de Estado entendemos os órgãos que conduzem o poder de Estado assim como seu pessoal”, o que compreende “os grandes ramos administrativos civis e militares” e “quatro milhões e meio de assalariados, abrangendo ainda a Seguridade Social e as empresas públicas” (177). Cada operário da Renault, cada ferroviário, cada empregado estatal estando investido do direito de proclamar: o Estado é meu!, disto deduzimos logicamente que “a luta de classes, fato de uma dimensão sem precedentes, ecoa no seio do próprio aparelho de Estado em seu

²² Foi o próprio Giscard quem disse: “Para se proteger do Estado, os Franceses se submeteram pouco a pouco o poder estatal à lei”. Ele acrescenta, é verdadeiro, que “esse esforço jamais foi inteiramente concluído” (*Démocratie française*, p. 149): fiquemos seguros, a União da Esquerda irá concluí-lo.

conjunto” (134); “o próprio Estado é atravessado hoje pela luta de classes” (156). Após haver situado no mesmo plano as lutas econômicas dos trabalhadores explorados pelo capital sob sua forma de propriedade estatal e a concentração de um certo número de quadros, altos funcionários, dirigentes de todos os tipos do aparelho de Estado burguês, para a União da Esquerda tudo está pronto para o encontro com a teoria da “relação de força”. “O Estado, sua política, suas formas, suas estruturas traduzem, portanto, os interesses da classe dominante não de maneira mecânica, mas através de uma relação de forças que, de fato, é uma expressão condensada da *luta de classes* em desenvolvimento” (13). Bordão já conhecido: mudemos as relações de forças (eleitoral, entenda-se), transformaremos, pois, o Estado e, em seguida, toda a sociedade. Tudo se vincula num rigor lógico sem falha.

Além disso, nossos projetos de reforma vão muito longe: passaremos de “formas de auto-organização sociais parciais” à “autogestão nacional do conjunto” (167) (eis aqui os autogestionários!); nosso princípio de base será: “uma participação autêntica” (178) (eis aqui os gaullistas de esquerda!). Enfim, marxistas criadores, inventores de formas históricas totalmente inéditas, avancemos a ideia de um futuro... *Estado de todo o povo*: “o Estado tenderá a perder seu caráter de meio de uma dominação de classe para se tornar uma forma superior de controle de toda a vida social” (167). Um tipo de Estado popular livre, sem dúvida, segundo a fórmula de Lassalle? Isso prefigurará o que os clássicos do marxismo chamaram de *perecimento do Estado*” (167). Basta, basta! Tudo o que se tem aqui é uma cópia grosseira do que os clássicos do marxismo caracterizaram há cerca de 130 anos como *socialismo burguês*.

É possível que alguns maus espíritos ainda considerem as generalidades reformistas como sendo muito concretas, como a ideia de “*transformar profundamente* o Estado tanto em seu conteúdo como em suas formas” (150)? Nesse caso, a demagogia obscura poderá atingir a apoteose: “O essencial nessa transformação não é a modificação interna do Estado, por mais indispensável que ela seja, mas uma reviravolta da *relação entre o Estado e os trabalhadores*” (150). Chegamos aqui ao ápice do pensamento político desse fim do século 20, o qual não reprovava o ilustre autor de *Démocratie française*²³.

Contra os tanques e os fuzis, a invencível “força das liberdades”

Envergonhados defensores da “distensão” (entre as classes), nossos teóricos preconizam, evidentemente, um “desarmamento” total: vimos como eles se esforçam para desarmar ideológica, teórica, politicamente o proletariado. Mas, de acordo com a sua inclinação em serem consequentes em todas as coisas, é-lhes necessário desarmar *completamente* os trabalhadores diante da violência burguesa. O que poderia se passar a rigor como cretinismo inerente ao reformismo estúpido, aqui se transforma em uma má-fé condenável.

“*Uma intervenção externa aberta* – militar, política e mesmo econômica – é cada vez mais perigosa para o imperialismo” (220). Notemos que, na realidade, não é feita alusão a um governo da União da Esquerda (que será tão respeitoso às “alianças internacionais” e à dominação do capital), mas à hipótese de que a luta dos trabalhadores em uma tal conjuntura representaria uma séria ameaça à

²³ [Nota dos tradutores] Fabrègues se refere à Valéry Giscard d’Estaing.

estabilidade do Estado burguês. Entre os exemplos citados para apoiar suas teses, FHS tiveram a boa ideia de mencionar aqueles que as contradiziam completamente (é verdade que teria sido difícil encontrar exemplos que as confirmem). Para começar, são evocados Vietnã, Camboja, Laos e Angola. Mas não foram todos estes povos que se libertaram do imperialismo dominante depois de duradouras *lutas armadas*? Por outro lado, as derrotas que sofre o imperialismo não podem mudar sua natureza, que o leva e o conduzirá sempre a iniciativas “perigosas” (*em última análise*) para si próprio. Em seguida, é citado Portugal. Não é, contudo, um exemplo manifesto de intervenção aberta do imperialismo (manobras de intimidação da OTAN, ajuda dos EUA ao PSP e à social-democracia europeia, pressões econômicas da CEE e, em particular, da França, apoio a Spínola, etc.)? Enfim, é evocado... o Chile, sobre o qual lemos que “os eventos trágicos” não “conseguiram aniquilar as esperanças democráticas” (220). Sabemos que os revisionistas chilenos sempre apoiaram a possibilidade da via pacífica...

Resumamos: em todas as partes do mundo, a reação mundial, as forças imperialistas intervêm sob todas as formas possíveis (a intervenção militar direta é apenas um último recurso) contra os movimentos populares que lutam pela libertação nacional ou pelo socialismo; e vemos FHS chegarem à conclusão lógica de isso é simplesmente impossível. Poulantzas aconselharia apenas “democratizar” o Estado sob pena de assustar a burguesia; ainda mais inovadores, FHS propõem, para que não se arrisque a provocar a reação internacional, “fazer de tudo” para que “a democracia sem imobilismo, nem aventureirismo, seja resplandecente” (220). Estejamos certos de que, em face de tal ameaça, a burguesia internacional (e francesa) assistirá a tudo passivamente. Enfim, os limites são superados quando nos recordamos que, em 1968, o PCF “tentou dissuadir os partidos aliados no poder de intervir militarmente na Tchecoslováquia, e que condenou essa intervenção quando ela ocorreu, apesar desses esforços” (222). Diante de tal evidência, ninguém teve a ideia de aconselhar o povo tcheco a se armar contra a invasão soviética. Presenciamos nesse caso o peso do “socialismo” dito democrático e de suas “liberdades” diante dos tanques. Se um dia o proletariado francês ousasse fazer a revolução, ele teria a satisfação de testemunhar o PCF tentando dissuadir a intervenção da OTAN, e talvez mesmo condenar essa intervenção se ela ocorresse apesar de seus esforços. Agradecemos antecipadamente. Podemos ficar tranquilos.

E, se apesar de tudo, subsistisse alguém na França ansioso para saber onde a “união das forças populares” encontraria os meios para “prevenir ou abater todas as tentativas de retorno do grande capital” (221)? É tão simples como o bê-á-bá. “A resposta do 22º Congresso é absolutamente clara: ela os encontrará na *força das liberdades*. Resposta bastante original, como toda verdadeira solução para problemas inéditos, mas uma resposta muito contundente” (221).

É tão nova que já a podíamos ler há 60 anos, em 1918, sob a pluma do célebre inovador Kautsky: “Se no Estado democrático o proletariado se desenvolve até se tornar suficientemente numeroso e poderoso para tomar o poder político pela simples aplicação das liberdades dadas, então a ‘ditadura capitalista’ terá muitas dificuldades para mobilizar os instrumentos de repressão necessários para a supressão violenta da democracia”²⁴. No ano seguinte (1919), assistiu-se na

²⁴ Kautsky. *La dictature du prolétariat* (editado com *La révolution prolétarienne et le renégat Kautsky*, de Lênin), 10-18, 1972, p. 180-181.

Alemanha a um grande massacre dos operários revolucionários insurgidos contra a ditadura do capital (massacre, aliás, organizado pelos social-democratas). Afirmar que tudo isso é bastante “original” é, portanto, excessivo, mas dizer que é um pouco “contundente” corresponde perfeitamente à realidade.

Quando procuramos por todos os meios oferecer o máximo de garantias à burguesia ao mesmo tempo que se dá a impressão de que lutamos contra ela, somos conduzidos à incríveis contorcionismos intelectuais.

FHS escrevem: “É preciso ir ao âmago das coisas”: quando a reação recorre “à violência repressiva, isso não é nunca o sinal de sua força, mas de sua fraqueza” (222). Concluamos por conta: quando o povo desarmado é esmagado sanguinariamente, está no auge do seu poder.

Como enfraquecer as forças da reação sob a União da Esquerda? O melhor meio “não será removendo-lhes as liberdades, cujo uso não lhes possibilitará evitar a derrota” (sic, 222). Assim, todo o aparelho de Estado burguês, e os Bigeard, Chirac, PFN e cia terão toda a liberdade de se reunir, organizar, fazer propaganda para todas as forças abertamente antipopulares. Eles possuem desde já garantias muito concretas. O que eles terão diante de si? “... a liberdade formidavelmente nova e eficaz” que terão os trabalhadores de “exercer seu poder nos terrenos decisivos” (223). A grande mudança que nos propõem, produziria, desse modo, através de um salto dialético do qual nossos teóricos têm o segredo, uma situação nova... exatamente idêntica à antiga: as “liberdades” para a burguesia; quanto ao povo, ele apenas teria direito, tal como hoje, a palavras vazias, ao léu, para lhe dar a ilusão de que isso teria acabado com a ditadura do capital.

O PCF nunca deixa de salientar as “tradições democráticas” que existem na França. A classe dominante tem a seu favor uma tradição muito estimada: a repressão da Comuna. Em alguns dias, 50 mil mortos, apenas na cidade de Paris. Quem duvidaria que, se necessário, ela não estará pronta para repeti-la? Ah, se os comunardos tivessem sido capazes de opor aos Versalheses a “força das liberdades”...

As tolices de FHS seriam insignificantes, se não fossem *condenáveis*. O que dizer de uma força política, cuja posição consiste em fornecer à reação todas as garantias de que ela poderá empregar, a qualquer momento, a violência contra o povo, com a ajuda dos seus aparelhos de ditadura intactos, ao mesmo tempo que recusa antecipadamente aos trabalhadores, em todo o caso, o recurso à violência revolucionária? Essa força política seria apenas defensiva? Tal força política só pode ser qualificada como *contrarrevolucionária*.

Uma dialética muito nova, mas muito contudente

Um dos aspectos mais impressionantes em nossos teóricos é o seu domínio inigualável da dialética, algo que falta um pouco ao arsenal do seu camarada Poulantzas, quem o estruturalismo althusseriano tornou definitivamente obtuso a esta ciência.

Já mencionamos a sutil dialética entre monopólios e democracia. Quanto mais os monopólios são fortes, mais a democracia é fraca; se reforçamos a democracia, os monopólios necessariamente verão seu poder declinar. Toda a astúcia consiste em formular pretensas “contradições” desse tipo. Além disso, a democracia se torna, como por milagre, uma categoria sem caracterização de classe. Tais invenções originais são de fato tão velhas como andar para frente.

Bernstein escrevia em 1899: “A democracia é a ausência de dominação de classe, ou seja, um estado social no qual nenhuma classe dispõe de privilégio político. Essa nova definição [já! B. F.] basta para explicar porque uma corporação de tipo monopolista é fundamentalmente antidemocrática”²⁵.

O desenvolvimento do capitalismo monopolista (ou seja, do imperialismo) é, certamente, uma das *causas* essenciais da tendência à restrição da democracia burguesa (ela própria já bastante restrita para o povo), da tendência geral à reação. Mas aqui vemos os dialéticos dos tempos modernos dar saltos (qualitativos) para a Ciência: para transformar a causa na sua essência, dizem eles, é preciso (fingir) atacar os efeitos. Além disso, a centralização do poder político é, em geral, um movimento paralelo à centralização do capital; ao desenvolver o capitalismo de Estado, ao transformar os monopólios em monopólios de Estado, a tendência à reação será necessariamente reforçada: não é por acaso que nenhum dos países em que predomina o capitalismo de Estado conhece as liberdades democráticas burguesas, o direito de greve, etc. Sob a ditadura burguesa, é absurdo imaginar liberdades democráticas reais para os trabalhadores: isso só é possível sob a condição necessária da ditadura do proletariado.

A dialética mais cara à FHS é aquela da forma e do conteúdo. “A ação do novo Estado deverá ser anti-monopolista em seu conteúdo e democrática em sua forma” (160). Evoquemos a passagem “uma democracia de conteúdo social avançado” (72). Imaginemos “uma lei dos aspectos democráticos à qual as forças populares devolverão o conteúdo, o qual o poder atual se esforça para lhes suprimir, e imprimirão um novo” (223). É preciso acreditar que os monopólios cometeram o delito de despejar um conteúdo desagradável nas elegantes formas democráticas da legalidade burguesa. “Uma lei cujos aspectos antidemocráticos poderão ser abolidos legalmente, democraticamente, pelos votos majoritários” (223). Concepção renovada da negação da negação, aqui sob a forma do cretinismo e da ilusão jurídica: a lei burguesa será abolida por e no quadro da lei burguesa; nesse caso, produzir-se-á um salto qualitativo de onde sairá... a lei burguesa.

Tudo isso se resume, por assim dizer, desse modo: é mudando o conteúdo da forma do Estado que a forma do seu conteúdo será mudada e vice-versa. É preciso reconhecer que isso é muito profundo. Na realidade, essa sofística sobre as relações forma-conteúdo é um velho bordão revisionista, que floresceu na URSS a partir dos anos 1930. Quando a necessidade se faz sentir, identificamos pura e simplesmente forma e conteúdo. Do contrário, se necessário, proclamamos que forma e conteúdo não têm mais nada a ver entre si.

Assim, quando nacionalizamos, a nova “forma” de propriedade determina um “conteúdo” novo (“democrático” (?), socialista, etc.). Nesse caso, forma e conteúdo são idênticas. Do contrário, se as relações sociais continuam a ter uma “forma” capitalista, afirmaremos que é pura ilusão (como diria Stálin a esse propósito: o marxismo distingue estritamente a forma e o conteúdo). Diremos, neste caso, que as “formas” capitalistas “*dissimulam*” um “conteúdo” socialista. Temos, pois, aqui uma “dialética” muito útil quando se trata de superar o capitalismo pelo socialismo. Mas há uma razão suplementar, ainda que não manifesta, que faz com que os revisionistas sejam tão apegados a essa maneira de

²⁵ Bernstein. *Les pré-supposés du socialisme*. Seuil, 1974, p. 172. Essa ideia se encontra também em Giscard: “a recusa do monopólio é essencial para uma concepção democrática da vida econômica” (*Démocratie française*, Fayard, 1976, p. 103).

pensar: é que toda a sua teoria representa um *conteúdo* burguês sob uma aparente *forma* marxista.

Um outro capítulo da dialética renovada é o das relações entre a opacidade monopolista e a transparência democrática. “A democratização do aparelho de Estado pressupõe em todos os níveis a maior *transparência* possível em seu próprio funcionamento, bem como em suas relações com os demais” (181). A teoria política marxista se enriquece, desse modo, com um princípio muito novo, mas muito contundente: o “*princípio da transparência*”, cuja “*aplicação*” deve transformar as relações entre o poder e a população (169). O monstro burocrático militar e policial, a “jiboia constritora” (Marx) que envolve com suas malhas de ferro toda a sociedade, será, pois, graças ao nosso novo princípio, metamorfoseado em uma película diáfana, em um puro ectoplasma (democrático). “... transparência entre a Assembleia Nacional e a população; entre os membros da assembleia, o governo e o aparelho de Estado; entre o governo, o aparelho de Estado e a população” (169). Uma forma alternativa de anunciar, por antecipação, aos trabalhadores: sim, é verdade, passamos ao socialismo, embora vocês não tenham se dado conta de nada.

Mais uma vez o novo, sempre o novo. A “França democrática em direção ao socialismo” conhecerá contradições? Evidentemente, nos ensina a dialética, pois “é a lei de todo o desenvolvimento social”. Mas, atenção: “ao invés de tantos antagonismos serem bloqueados, elas [as contradições] se tornarão fatores de progresso” (219). Desde Pompidou, Chaban e cia, o sonho da burguesia favorável ao diálogo social [é] enfim realizado: “tornar os conflitos úteis”. Mas o essencial não é que isso seja justificado... dialeticamente?

Desde o 22º Congresso, tudo está claro: o PCF está, “a princípio, *contra o estatismo*” (162). Boa tradição marxista, em primeiro lugar. Mas (além dos sofismas manifestados para tentar provar o abandono da ditadura do proletariado), em todas as partes onde a concepção *real* de nossos revisionistas *modernos* aflora entre as afirmações obscuras, vemos a *velha* ideia burguesa do Estado mostrar sua cara, reforçada por todas as ilusões próprias ao capitalismo de Estado (em que o Estado parece se identificar com a sociedade). Ou melhor: “O Estado será, assim, *criador* de relações sociais novas, positivas e progressistas” (161). Último milagre da dialética. Depois de ter qualificado o PCF de “partido de tipo novo, não político” (229), que possui uma “concepção não parlamentarista da atividade do Parlamento” (168), logra-se a façanha de batizar como “*concepção não estatista do Estado*”, o que não passa de... uma *concepção estatista do mundo!* De qualquer modo, essa enumeração dialética deve ser evidentemente completada por sua sabotagem profunda e implícita: uma concepção não marxista do marxismo.

A conclusão se impõe por si própria. Quando finalmente nos propomos “reestruturar o Estado invertendo sua lógica de funcionamento” (196), podemos ter confiança, já que, no que concerne à *inversão da lógica*, estamos lidando com verdadeiros especialistas.